

Causas do surgimento e do fracasso do nacionalismo ibérico

1. ORIGENS DO NACIONALISMO IBÉRICO

Desde o século XIX o nacionalismo apresenta-se como o fenómeno político mais relevante para a humanidade. Foi utilizado com os mais variados fins e pelas mais variadas ideologias, inclusivamente por aquelas que se apresentavam como opostas *a priori* a essa ideia.

Apesar do que afirmavam — e muito provavelmente pensavam — os nacionalistas, a nação, com o sentido político em que é entendida actualmente, é um fenómeno relativamente recente. Ainda que se possam encontrar antigas referências à nação, não se dava a esta um valor político. Somente após a Revolução Francesa esse valor lhe será atribuído, associando-se à ideia de soberania, para se converter no eixo da legitimidade política. O trono e o altar ver-se-ão substituídos pelo Estado-nação como último objectivo da lealdade política.

1.1. ETAPA PRÉ-NACIONALISTA

A configuração de um Estado-nação não é um fenómeno simples, e, para mais, o carácter basicamente nacionalista da historiografia desde o século XIX deformou, conscientemente ou não, o processo. No caso português, fazia-se remontar anacronicamente a formação de um Estado-nação português aos primeiros momentos da independência durante a Idade Média. Nada mais longe da realidade. Portugal foi o último de uma larga série de Estados cristãos independentes aparecidos na Península após a invasão muçulmana e — tal como os demais — fazia parte de uma dinâmica que gerava tanto tendências secessionistas como unificadoras. Estas últimas prevaleceram nos últimos séculos medievais e favoreceram o aumento do poder dos monarcas. Para conseguir a unificação de reinos recorreu-se

tanto a meios pacíficos — casamentos entre famílias reais — como militares, associados a reclamações sobre a legitimidade dinástica, tal como sucedeu nos conflitos que desembocaram em Aljubarrota ou em Toro.

Neste período a fidelidade popular esteve dirigida em primeiro lugar para o monarca ou a dinastia, e não para a nação. E a monarquia apostou fortemente na união ibérica desde o século xv. Não se trata simplesmente da unificação de Castela e Aragão sob os *Reis Católicos*. Importa recordar outros casos, como o matrimónio feito por Afonso e Isabel — destinado a herdar os reinos de Portugal, Castela e Aragão —, o de Manuel I — casado três vezes com castelhanas — ou o do infante D. Miguel, herdeiro na sua infância dos reinos de Aragão, Castela e Portugal.

A união de 1580 não pode considerar-se um fenómeno fortuito. Tanto as dinastias como a minoria politicamente activa tiveram de estar necessariamente conscientes dos resultados dos enlaces dinásticos, repetidamente procurados e que poderiam ter frutificado numa união ibérica em anteriores ocasiões.

Se é inadequado falar de um nacionalismo português ou espanhol nestes tempos, outro tanto se pode dizer quanto ao nacionalismo ibérico. Ainda que existisse entre a elite culta uma consciência de pertença a Espanha, este termo não passava de uma referência geográfica, que não exigia nenhum tipo de unidade política. Em qualquer caso, era evidente uma ampla interconexão cultural, que, se na Idade Média favoreceu o galaico-português como língua culta, desde o Renascimento favoreceu o castelhano. Gil Vicente ou Camões realizaram parte da sua obra nesta língua, e em *Os Lusíadas* há uma consciência e, inclusivamente, um orgulho na pertença à Espanha geográfica, coisa que os nacionalistas ibéricos aproveitaram séculos depois.

A partir do Renascimento, as condições para desenvolver sentimentos nacionais multiplicaram-se. O acesso à cultura tornou-se muito mais fácil, apesar de as massas continuarem analfabetas. Também era mais frequente a realização de viagens a lugares longínquos. Ambas as circunstâncias permitiam que um maior número de pessoas percebesse, tanto de modo directo — viagens — como indirecto — leituras —, as analogias ou as diferenças em relação a outros povos. Diferenças que nem sempre eram sentidas pela maioria analfabeta da população, uma vez que o mouro, inimigo tradicional, tinha sido já totalmente vencido.

A ruptura de 1640 enquadra-se, por um lado, num quadro bélico no qual os inimigos da monarquia hispânica favorecem o desmembramento desta para facilitarem a sua derrota. Mas, habitualmente, foi dada proeminência a motivações de índole nacionalista que estavam longe dos sentimentos da época.

Factos como a proclamação de João IV em data tão precoce quanto 1641, incitando os castelhanos a repudiarem Filipe IV e a passarem à sua

obediência¹, são dificilmente explicáveis a partir da consideração simplista do conflito como uma luta entre nacionalidades. O Prof. A. M. Hespanha pôs em relevo que o que era verdadeiramente substancial no movimento restaurador era a resistência às inovações administrativas que se pretendiam impor a partir de Madrid, e não um qualquer tipo de sentimento de opressão nacional².

A segunda metade do século XVII e o século XVIII constituem um período de divergência, não apenas política, mas também cultural, que não deixou de se repercutir posteriormente nas perspectivas de triunfo do nacionalismo ibérico.

Em primeiro lugar, os Estados ibéricos situaram-se na órbita política de potências emergentes, como a Inglaterra ou a França, com um maior grau de dependência no caso de Portugal pelo desequilíbrio entre os Estados aliados e pela necessidade de Portugal de ter um forte aliado a qualquer preço para sustentar a sua independência face à Espanha. Começou também um divórcio cultural, destinado a perdurar muito tempo, em virtude do qual espanhóis e portugueses se preocuparam mais com a produção cultural para além dos Pirenéus ao mesmo tempo que ignoravam a dos seus vizinhos ibéricos.

O século XVIII, com a chegada de novas riquezas do Brasil e do México e a melhoria da economia, parecia oferecer aos Estados ibéricos um futuro esplendoroso, ainda que como potências politicamente subalternas. As relações entre eles foram frequentemente difíceis, por vezes como reflexo da rivalidade franco-britânica.

Nos finais do século XVIII a Revolução Francesa veio perturbar o sossego das dinastias ibéricas, que nesse momento se converteram em aliadas face à França revolucionária.

A Revolução Francesa rompeu com a legitimidade divina do poder. Como substituto, encontrou na nação a origem da legitimidade política, constituindo-se o nacionalismo numa espécie de religião que captava a adesão fervorosa das massas populares numa escala superior ao que anteriormente fizera a monarquia, talvez porque no culto da nação havia — de algum modo — um culto em si mesmo, inexistente no culto pela dinastia.

Chegados a este ponto, convém colocar-se a questão da existência de um nacionalismo ibérico, já que não existiu posteriormente um Estado ibérico. Para tal, devemos definir o que é um nacionalismo. De diversos pontos de vista, distintos estudiosos do nacionalismo coincidem em definir

¹ Veja-se o documento n.º 120 da obra do visconde de Santarém, quadro elementar das relações políticas e diplomáticas de Portugal, 3 vols., J. P. Aillaud, Paris, 1842.

² Veja-se, por exemplo, A. M. Hespanha, «La Restauração portuguesa en los capítulos de las Cortes de Lisboa de 1641», in John Elliott et al., 1640: *La monarquía hispánica en crisis*, prólogo de A. Domínguez Ortiz, Crítica, Barcelona, 1991, pp. 123-168.

como nacionalista qualquer movimento que visa a formação ou a manutenção de um Estado-nação ³, independentemente dos resultados obtidos, do mesmo modo que um partido político se caracteriza pela sua vontade em alcançar ou manter o poder, e não pelo facto de realmente o conseguir ou não.

Devemos, por isso, separar a existência de um nacionalismo da de Estados e de nações. Não existiu na época moderna um Estado-nação palestino, mas isso não impede que se fale de um nacionalismo palestino. Fichte ou O'Connell foram nacionalistas antes do aparecimento de um Estado-nação alemão e irlandês, respectivamente. Podemos falar por isso de nacionalismo ibérico apesar da ausência de um Estado ou nação ibéricos nesse período.

Mas a distinção entre nacionalismo e Estado-nação não pode ocultar a existência de estreitas relações entre eles. O nacionalismo propunha-se precisamente fazer coincidir o Estado, fenómeno de índole política claramente definida, com a nação, a qual não tem uma delimitação tão precisa por ser o resultado de apreciações subjectivas. Para criar um Estado-nação existiam dois caminhos: tomar como base o Estado e criar sentimentos de identidade nacional coincidentes com ele ou partir do que se considerava uma nação para moldar sobre ela um Estado. Esta dupla via permite que numa mesma área coexistam vários nacionalismos.

A primeira tendência partia de uma situação mais vantajosa por se dispor de meios propagandísticos eficazes — como o ensino — para difundir a ideia de uma nacionalidade identificada com o Estado, assim como de meios coercitivos para se combaterem tendências nacionalistas perigosas para esse mesmo Estado.

O nacionalismo ibérico está, em nossa opinião, suficientemente diferenciado dos nacionalismos espanhol e português, favorecidos pela existência de Estados. O objectivo do nacionalismo ibérico — a Ibéria — não é estritamente assimilável ao Estado espanhol, e muito menos ao português, e, mesmo que possa ser menos relevante face a estes nacionalismos, isso não representa uma razão suficientemente válida para negar a sua inserção na ideologia nacionalista.

1.2. ETAPA NACIONALISTA

As primeiras manifestações claras que conhecemos do nacionalismo ibérico encontram-se precisamente vinculadas à Revolução Francesa e revelam perfeitamente a mudança ideológica que se estava a produzir.

³ Assim o definiu John Breuilly em *Nacionalismo y Estado*, Ediciones Pomares-Corredor, Barcelona, 1990, p. 13, mas a configuração de alguns nacionalismos como aspiração — e nem sempre como realidade — à criação de um Estado-nação aparece frequentemente nos estudos sobre o tema.

Trata-se de um relatório elaborado em 1792 para o governo francês pelo abade Marchena, exilado espanhol próximo dos girondinos. Nele propunha o derrube das duas dinastias e a sua substituição por uma república federal ⁴.

Tratava-se, todavia, de um caso isolado — a Península Ibérica não estava suficientemente preparada para as ideias revolucionárias —, mas muito significativo.

A invasão napoleónica animou o nacionalismo noutras áreas da Europa, mas não favoreceu o nacionalismo ibérico ⁵. As manifestações mais importantes deste deram-se na sitiada Cádiz. Houve um projecto para que a regência do reino recaísse em Carlota Joaquina, irmã de Fernando VII e esposa do regente do reino português. Deste modo, as regências dos reinos ibéricos teriam coincidido num único matrimónio.

Pedro de Sousa — futuro duque de Palmela — encontrou-se entre os promotores da ideia, aceite por alguns liberais partidários da união ibérica. Mas a maioria dos liberais não a apoiaram, não por oposição a ela, mas antes por temor de colocarem sobre as suas cabeças uma autoridade inclinada para o absolutismo e por terem conhecimento da oposição do britânico Wellesley ⁶, representante da única potência aliada em condições de socorrer Cádiz e capaz, pelo seu domínio do mar, de destruir as comunicações com a América.

As guerras, pelo menos, favoreceram que nos meios burgueses — cada vez mais activos politicamente —, se desvanecesse a antiga ideia da legitimidade do poder, perdendo as dinastias a sua posição preponderante em benefício da nação. Mas de que nação?, já que, como se indicou, não existe uma interpretação exclusiva deste fenómeno. Em princípio, inclusivamente entre os liberais, pretendeu-se recompor os Estados espanhol e português, regressando à situação anterior à guerra. Mas, à medida que a desagregação dos velhos impérios se foi tornando evidente, ganhou terreno a opção de construir um Estado para a nacionalidade ibérica.

A alternativa ibérica era não apenas perfeitamente compatível com o nacionalismo liberal, constituía um claro exemplo dele mesmo. Numa obra recente, Hobsbawm insiste na importância que para os nacionalistas liberais teve o chamado «princípio do limiar», em virtude do qual pensavam que os Estados pequenos eram incapazes de promover o progresso ou a cultura,

⁴ Juan Francisco Fuente, *José Marchena*, Crítica, Barcelona, 1989, pp. 93-96.

⁵ Os afrancesados mantiveram projectos similares aos de Godoy para anexar Portugal à Espanha em troca de cedências territoriais (veja-se Miguel Artola Gallego, *Los Afrancesados*, prólogo de Gregorio Marañón, Turner, Madrid, 1973, pp. 136 e 188-189). Napoleão fez ofertas de união com a Espanha a uma delegação portuguesa, mas sem muitas esperanças (cit. por António Cruz, «A revolta da cidade do Porto contra o domínio de Napoleão», in *Congresso Luso-Espanhol da Associação Portuguesa para o Progreso das Ciencias*, Porto, 1962, pp. 62-63).

⁶ Conde de Toreno, *História del levantamiento, guerra y revolución de España*, 5 vols., Imprenta de T. Jordán, Madrid, 1835-1837, vol. iv, pp. 403-405.

sendo por isso preferíveis os grandes Estados ⁷. Consequentemente, predominaram de início os nacionalismos de tipo unificador. Mesmo o relativamente popular nacionalismo polaco pretendia, no fundo, unificar uma nação fragmentada entre três Estados para reconstruir um antigo Estado que pudesse superar o critério liberal de viabilidade.

O princípio do limiar favorecia a adopção das ideias ibéricas. Depois de vários séculos de engrandecimento, os dois Estados viram-se em poucos anos diminuídos, retirados inclusivamente da posição de potências subalternas detida durante o século XVIII. Em tais condições, era lógico que surgisse uma crise. Muitos intelectuais colocaram-se de novo questões como as da identidade e da independência nacionais, do prestígio externo, etc.

A atitude da monarquia, promovendo a involução em 1823 e a reunião de liberais espanhóis e portugueses no exílio, animou o avanço das ideias ibéricas.

Em Portugal a crise é agravada por se ter transformado virtualmente durante algum tempo numa colónia do Brasil — onde continuaram a residir os Braganças após o final da guerra peninsular — e pela excessiva ingerência britânica, por vezes com o beneplácito da monarquia, que confiou a súbditos dessa nacionalidade, como Beresford, postos relevantes para o governo de Portugal.

Nestas circunstâncias, não surge como estranho que uma minoria duvidasse da efectividade da independência portuguesa ou que fosse inclusivamente mais longe, convencendo-se de que Portugal carecia de recursos suficientes para se sustentar como um Estado autenticamente independente na nova Europa. A Espanha, companheira de desgraças durante as guerras napoleónicas e as secessões americanas, aparecia-lhes como um país culturalmente afim e susceptível de formar, com Portugal, um poderoso Estado na Europa, que, para mais, seria a segunda potência colonial a nível mundial, capaz de garantir o progresso económico, a independência política e o prestígio internacional desejados.

Em Espanha outro tanto sucedeu após a separação — mais traumática — da maioria das suas colónias. Andrés Borgeo, um dos mais fervorosos iberistas do século, é um vivo exemplo da adopção do nacionalismo ibérico como resultado das perdas coloniais ⁸.

A concepção liberal e romântica da nação associava-se a ideias pacifistas, humanistas e cosmopolitas herdadas da Ilustração, pretendendo conseguir

⁷ E. J. Hobsbawm, *Naciones y nacionalismo desde 1780*, Crítica, Barcelona, 1991, pp. 39-40. Nestas páginas cita o *Dictionnaire politique* (1843) de Garnier-Pagès, no qual se apresentavam Portugal e Bélgica como nações inviáveis pela sua pequenez.

⁸ Andrés Borgeo, *El 48. Autocrítica del liberalismo español*, comentado por D. Gómez Molleda, Iter, Madrid, 1970, p. 181. Trata-se de uma reedição da obra publicada por Borgeo em 1848 com o título *De la situación y de los intereses de España en el movimiento reformador de Europa*.

uma harmonia universal. Tais ideias permaneceram com força no federalismo ibérico, mas, em geral, foram paulatinamente abandonadas, como resultado da evolução geral do nacionalismo.

Se no plano político havia factores favoráveis ao nacionalismo ibérico como resultado das ideias liberais, outro tanto se pode dizer do plano cultural. O romantismo fomentou o culto dos valores nacionais e não faltam exemplos em que liberalismo, romantismo e nacionalismo estão reunidos, como em Almeida Garrett ou Espronceda ⁹.

Juntamente com as causas de tipo político ou ideológico, têm sido suficientemente sublinhados os factores de mudança económica e social como geradores de nacionalismo ¹⁰, e isto teve o seu reflexo na Península, apesar de manifestar um atraso face a outras regiões europeias.

Em rigor, não faz sentido falar dos nacionalistas ibéricos como traidores dos seus respectivos Estados. Precisamente, o objectivo dos liberais iberistas era fortalecer o Estado e sanear a economia, mas preservando a identidade nacional. Sendo entre si incompatíveis os nacionalismos espanhol e português, cada um deles era compatível com o nacionalismo ibérico. Deste modo, não surpreende que em ambos os lados da raia partidários da união ibérica se inserissem no aparelho político dos seus Estados, ocasionalmente em postos muito influentes. O progresso de Portugal ou de Espanha — pensavam — não deixaria de ser benéfico no momento em que as circunstâncias permitissem a união.

Os argumentos utilizados pelos nacionalistas eram de dois tipos. Por um lado, apelavam a factores políticos, como a vontade popular, mas, por outro, usavam outros que faziam referência a questões de índole geográfica, histórica, cultural, religiosa, etc., sentidas por eles como determinantes, ainda que de modo algum o fossem, já que há numerosos exemplos que contradizem cada um destes supostos fundamentos culturais da nação.

Os métodos utilizados pelo nacionalismo ibérico não diferem muito dos utilizados por outros nacionalismos unificadores, como o italiano ou o alemão, sendo para mais semelhantes aos empregues pelos liberais — ou pelas fracções liberais — para alcançarem o poder.

Em conclusão, o nacionalismo ibérico aparece como um nacionalismo que, partindo da existência de uma nação ibérica, definida culturalmente, afirmava que era desejável que esta estivesse politicamente unida, ou seja, que os Estados espanhol e português se deviam unir.

⁹ É conhecida a posição de Garrett sobre a união ibérica expressa em *Portugal na Balança da Europa*. A convicção de pertencer à Espanha geográfica e cultural — que de acordo com o liberalismo devia tomar politicamente forma — aparece nos episódios íntimos como na narração dos seus namoros com três irmãs britânicas, quando atribuiu a sua paixão ao ardor do seu sangue espanhol (cit. por Teófilo Braga, «Garrett e o romantismo», vol. XXIV da sua *História da Literatura Portuguesa*, Lello e Irmão, Porto, 1903, p. 484). Quanto a José de Espronceda, os seus artigos para *El Pensamiento* (1841), reclamando a união ibérica, constituem um excelente exemplo do nacionalismo romântico e liberal (J. Espronceda, *Obras*, edição, prólogo e notas de Jorge Campos, Atlas, Madrid, 1954, pp. 592-599).

¹⁰ Veja-se Ernest Gellner, *Naciones y Nacionalismo*, Alianza Editorial, Madrid, 1988.

1.3. IBERISMO E TENDÊNCIAS IBERISTAS

O termo *iberismo* foi utilizado para fazer referência à união política de Espanha e de Portugal. No entanto, esta foi concebida de formas muito diferentes. O uso político do termo em Portugal contribuiu para deformar ainda mais o significado do iberismo, utilizado tanto como calúnia para difamar o adversário político como para fazer alusão a atitudes anexionistas, imaginárias ou reais, mas explicáveis somente dentro de um nacionalismo puramente espanhol.

Em meados do século XIX, quando já se havia criado esta designação, embora houvesse diferenças entre os partidários da união ibérica, todos eles coincidiam no facto de serem liberais ou ideologicamente herdeiros do liberalismo. Consequentemente, todos eles atribuíam grande importância à vontade popular como requisito para formalizar uma união sempre imaginada como pacífica e fraternal. Posteriormente, surgiram interpretações da união menos interessadas pela vontade popular do que por outros aspectos. Em certas ocasiões, estas atitudes procediam de indivíduos que se consideravam parte integrante de uma pátria ibérica, mas noutras pretendia-se unicamente alargar as fronteiras de Espanha. Em todos os casos, os herdeiros do liberalismo reagiram, censurando estes projectos de união, alheios ao espírito fraternal que eles possuíam ¹¹.

É por isso conveniente devolver ao iberismo o seu conteúdo inicial, limitando-o aos que procuraram a união ibérica pacífica e voluntária, respeitando, consequentemente, a soberania dos Estados. O iberismo foi um fruto do liberalismo inicial e, na medida em que este evoluiu e se dividiu, foi passando para variados sectores ideológicos, alcançando, inclusivamente, o movimento operário ¹².

A partir de 1870, coincidindo com a mudança geral da orientação do nacionalismo, tornou-se mais frequente encontrar nacionalistas ibéricos não iberistas, quer dizer, que não encontravam no consentimento popular

¹¹ Em 1861 dois livros de Pío Gullón e Abdón de Paz trataram o tema da união ibérica de um modo pouco usual a partir de uma postura de preponderância espanhola e de menosprezo pela vontade e identidade portuguesas. Distintos iberistas com Valera (artigos «España y Portugal» para *El Contemporáneo*, in *Obras Completas*, 3 vols., 2.ª ed., estudo preliminar de Luis Araújo Costa, M. Aguilar, editor, Madrid, 1947, vol. III, pp. 675-695) ou Sinibaldo de Mas reagiram imediatamente. O monárquico Mas, que pediu aos seus simpatizantes para não polemizarem com os federalistas por serem de algum modo correlegionários, não teve dúvidas em censurar as obras — apesar de serem monárquicas —, pensando, inclusivamente, que sob o nome de Abdón de Paz se ocultava algum nacionalista português desejoso de avivar a hispanofobia (S. de Mas, *La Iberia*, 3.ª ed., Imprenta y Estereotipia de M. Rivadeneyra, Madrid, 1854, p. 50, assim como a edição de *La Iberia* cit. por Ricardo Molina em *Portugal, su origen, su constitución e historia política en relación con el resto de la Península*, Biblioteca Económica de Andalucía, Madrid, 1870, pp. 193-195).

¹² A passagem ao movimento operário produziu-se através do republicanismo federal. Na transição de uma ideologia para a outra apareceram iberistas como Antero de Quental em Portugal ou Fernando Garrido em Espanha.

um requisito prévio à união, na maioria dos casos por entenderem que a nação era uma entidade anterior e situada acima da vontade dos indivíduos que a compunham. No entanto, o iberismo continuou a ser a tendência amplamente dominante no seio do nacionalismo ibérico.

Houve três orientações básicas entre os iberistas para conseguir a união. Os monárquicos estavam divididos. Os mais moderados eram os monárquicos dinásticos, que defenderam sobretudo o tradicional método de unir reinos mediante enlaces entre as suas dinastias, ainda que dotando-o de um novo conteúdo nacionalista. Era uma proposta que não exigia grandes convulsões políticas, mas que dependia — para além de uma vontade política e dinástica — da eventualidade da existência de reis ou de herdeiros de diferente sexo em cada reino. Inclusivamente, quanto isso sucedeu, a diferença de idades revelou ser um importante problema.

Uma parte dos monárquicos optou por métodos mais expeditos: derrubar uma das dinastias e entronizar a outra, de forma que um rei cingisse ambas as coroas. Sempre se pretendeu destronar a borboniana pela sua oposição ao liberalismo com Fernando VII e pela sua intromissão a favor das tendências mais conservadoras com Isabel II. Muito liberais espanhóis puseram as suas esperanças em Pedro IV face a Fernando VII e sobretudo em Pedro V e D. Fernando face a Isabel II.

Os monárquicos antidinásticos estavam conscientes de que a expulsão de uma dinastia implicava uma profunda convulsão, estando dispostos a recorrer à violência em situações extremas. Isso não os exclui do iberismo porque tal violência nunca se colocou como um enfrentamento entre Espanha e Portugal, mas, no ponto máximo, como um conflito entre grupos ideológicos afins dos dois Estados contra os seus opositores. Deste ponto de vista, o conflito seria uma guerra civil, o que não impedia — pelo menos teoricamente para os seus partidários — a união pacífica dos Estados.

Existiu, por outro lado, uma antiga orientação republicana que levou bastantes décadas para alcançar certa popularidade, mas que sobreviveu às anteriores. O iberismo republicano pretendia a federação ibérica. Habitualmente, mais do que a federação dos Estados, aspirou-se a federar o que consideravam entidades naturais. O resultado mais frequente destes projectos era que, enquanto Portugal mantinha a sua unidade, a Espanha se desagregava em várias entidades menores. Esta perspectiva era mais aceitável para os portugueses que temiam a absorção por Espanha.

O iberismo federal conviveu desde o último quartel do século XIX com outras interpretações da união ibérica que davam preferência a factores de tipo cultural, em lugar de a darem aos políticos. Em certas ocasiões estas ideias foram sustentadas de modo individual. A nível político, a mais importante revitalização do iberismo partiu do catalanismo e esteve muito influenciada pelo federalismo. Os seus efeitos foram perceptíveis durante décadas, não apenas pela própria importância do catalanismo, mas pela

influência exercida sobre outras ideologias políticas espanholas, especialmente as que se confrontavam com o regime político da Restauração.

2. AS RAZÕES DO FRACASSO DO NACIONALISMO IBÉRICO

Dadas as circunstâncias favoráveis para o nacionalismo ibérico, sobretudo em meados do século XIX, paralelamente ao auge político do liberalismo e aos processos de mudanças económica e social, como a industrialização, a alfabetização, a urbanização, a ascensão da burguesia, etc., é necessário identificar as razões que impediram o seu triunfo.

Do ponto de vista nacionalista, podia afirmar-se que o fracasso de um nacionalismo se deve à ausência de uma nação e, provavelmente, acrescentar-se-ia que a individualização das nações é um fenómeno que remonta a tempos remotos. Este tipo de afirmações tem sido feito por todos os nacionalismos, incluindo o ibérico¹³. Mas é uma explicação simplista e estática, incapaz de explicar as mudanças nas atitudes e, consequentemente, nas delimitações nacionais produzidas posteriormente. E acontece que o nacionalismo é um sentimento e, como tal, está sujeito a modificações — tanto de objectivos como de graduações — entre aqueles que o sustentam. Os estudos sobre o nacionalismo coincidem na afirmação de que o surgimento do nacionalismo é anterior ao da nação¹⁴ no sentido moderno do termo.

Os argumentos utilizados pelos nacionalismos espanhol e português — históricos, culturais, geográficos, etc. — são semelhantes aos usados pelo nacionalismo ibérico, radicanho a principal diferença na impossibilidade deste em apelar a um idioma comum com o aglutinante, como podia fazer o português e — em menor medida — o espanhol. Esta circunstância não basta para explicar o fracasso ibérico, já que a unidade linguística não é determinante para a formação de nações e de nacionalismos¹⁵ e os nacionalistas ibéricos podiam valer-se do alto grau de inteligibilidade das línguas românicas ibéricas, especialmente do castelhano e do português. Por outro lado, em certas ocasiões, a designação comum de uma língua encobre variedades dialectais tão acentuadas que dificultam a compreensão entre elas, como sucedeu na Alemanha e na Itália unificadas¹⁶.

¹³ Máximo Vergara defendeu a unidade baseando-se na antropologia, não valorizando os séculos de independência portuguesa em relação à unidade racial, que se fazia remontar à pré-história (Máximo Vergara, *La unidad de la raza hispana*, Editorial Reus, Madrid, 1925).

¹⁴ J. Ferrando Badía, *Estudios de Ciencia Política*, Tecnos, Madrid, 1976, pp. 338 e 358.

¹⁵ Anthony D. Smith, *Las teorías del nacionalismo*, Península, Barcelona, 1976, pp. 254-261.

¹⁶ Em Itália, em 1860, apenas 2,5% da população se expressavam normalmente em italiano. Os primeiros professores enviados para a Sicília após a unificação foram tomados por ingleses pelos sicilianos, segundo E. J. Hobsbawm, *La era del capitalismo (1848-1875)*, Labor, Barcelona, 1988, p. 88.

O facto de o nacionalismo ibérico não ter conseguido implantar-se fora de uma determinada minoria político-intelectual também não refuta o seu carácter de nacionalismo. Todos os nacionalismos atravessam uma fase inicial de implantação restrita a este tipo de grupos.

O importante no nosso caso é explicar por que razão o nacionalismo ibérico, com motivações e objectivos semelhantes a outros nacionalismos unificadores, como o alemão e o italiano, não os alcançou.

Prescindindo de uma explicação a partir do nacionalismo ou dos argumentos habitualmente utilizados por este, uma hipótese sugestiva consistiria em atribuir o fracasso ibérico ao menor grau de desenvolvimento económico e de transformação social. Isto ajudaria a explicar as diferentes evoluções dos nacionalismos ibérico e germânico, mas não as dos nacionalismos ibérico e italiano. O desenvolvimento económico ibérico era, no conjunto, equiparável ao italiano e em muitos aspectos superior. O caminho de ferro — por exemplo — pouco pôde contribuir para a unidade italiana, já que a verdadeira extensão da rede ferroviária foi posterior à unificação. As semelhanças entre as sociedades das duas penínsulas meridionais são, por outro lado, manifestas.

Podemos concluir que, partindo de uma situação sócio-económica semelhante, os nacionalismos ibérico e italiano obtiveram resultados diversos. Pelo contrário, a partir de uma base sócio-económica diferente, os nacionalismos alemão e italiano conseguiram resultados análogos.

Torna-se necessário procurar outras explicações — preferencialmente políticas — para evoluções tão distintas.

Os triunfantes — e melhor conhecidos — nacionalismos alemão e italiano oferecem importantes diferenças entre si. Ambos gozaram do apoio de Estados poderosos da área que pretendiam unificar, mas nesse tempo os seus objectivos lesavam directamente interesses de uma grande potência. Mas a Prússia concedeu o seu apoio de forma menos decidida e considerando frequentemente o nacionalismo alemão como um instrumento útil para o engrandecimento do Estado prussiano. Em Bismarck, mais do que um fervoroso nacionalista alemão, encontramos um fiel servidor do Estado e da dinastia prussiana. A adesão do Piemonte ao nacionalismo italiano foi muito mais clara. Cavour, ainda que fiel à dinastia saboiana, mostrou-se desde cedo sensibilizado pela necessidade de unir a nação italiana.

Por outro lado, a Alemanha unificou-se sem ter de recorrer a apoios externos, para o que, sem dúvida, contribuiu o seu espectacular desenvolvimento económico. A Itália, menos desenvolvida, dependeu em alto grau para a sua unificação da ajuda francesa. Inclusivamente após a unificação da maior parte do território, só o apoio francês e as vitórias prussianas sobre a Áustria permitiram à Itália — militarmente derrotada — ganhar o Véneto.

As semelhanças mais importantes entre a Itália e a Alemanha são, do ponto de vista político, a grande fragmentação das entidades estatais, algumas das quais eram extremamente reduzidas, razão pela qual não eram consideradas viáveis, e, do ponto de vista cultural, a extensão a todo o

território a unificar de modalidades cultas do alemão e do italiano — por vezes dificilmente compreensíveis para as massas populares, pouco alfabetizadas e indiferentes ao nacionalismo — que eram utilizadas pelas minorias política e culturalmente mais activas.

Os nacionalismos unificadores que careciam de algum destes factores não conseguiram os seus objectivos no século XIX.

A Polónia, fracamente desenvolvida e privada de apoios externos para se enfrentar com três grandes potências, viu fracassarem todos os projectos nacionalistas durante o século XIX, apesar da sua unidade linguística. Ainda que fraccionada, toda a Polónia estava integrada em Estados que se apresentavam como viáveis.

É muito importante o pouco conhecido nacionalismo escandinavo por oferecer bastantes semelhanças com o ibérico: pretendia unificar dois Estados, a Suécia-Noruega e a Dinamarca, culturalmente próximos, ainda que não idênticos e susceptíveis de não serem considerados suficientemente viáveis para o nacionalismo liberal. A unificação também não implicava perdas territoriais para outros Estados. Apesar de chegar a captar as simpatias dos reis suecos Oscar I e Carlos XV e de dispor de uma ocasião propícia para a sua difusão, como foi a da questão dos ducados — melhor aproveitada pelos Alemães —, não se conseguiu a unidade e, inclusivamente, no século XX, cada um dos Estados teve de aceitar uma secessão, aumentando — com a Islândia e a Noruega — até quatro o número de Estados independentes.

Também o pan-eslavismo, que se propunha unificar politicamente povos culturalmente semelhantes, não viu coroados de êxito os seus esforços, o que é mais fácil de explicar do que no caso anterior, por implicar uma remodelação de todo o mapa da Europa oriental, lesando os interesses da Turquia, mas, sobretudo, os da Áustria e da Prússia. Estão neste caso ausentes tanto a excessiva fragmentação dos Estados como a língua comum. Nestas circunstâncias não surpreende que muitos eslavos o julgassem como um instrumento da Rússia para estender a sua influência.

No caso ibérico, também não se deu nenhuma destas duas circunstâncias, mas é conveniente fazer referência a um maior número de factores nem sempre estritamente ibéricos. Cronologicamente, daremos atenção muito especialmente ao período de meados do século XIX por ser o mais favorável à unidade ibérica. A partir de 1870, sobretudo, as suas possibilidades reduziram-se drasticamente, ainda que tal não impedisse a persistência do nacionalismo ibérico.

2.1. CAUSAS INTERNAS

Se não houve unificação ibérica, há que imputar grande parte da responsabilidade a motivos variados, muitos dos quais são da exclusiva responsabilidade dos cidadãos ibéricos.

A) Económicas

Ainda que o grau de desenvolvimento dos Estados ibéricos no século XIX não resista à comparação com os Estados europeus mais desenvolvidos, é evidente a ausência de estímulos económicos ou de medidas de política económica que animassem a unificação, apesar da insistência com que foram reclamadas por nacionalistas ibéricos.

O comércio externo espanhol e português foi tomado pela França e Inglaterra, sendo reduzida a importância do comércio entre os Estados ibéricos. A semelhança das produções explica-o em parte. Mas também é certo que os nacionalistas ibéricos reclamaram repetidamente a unidade alfandegária ibérica. Como resultado desta, os vínculos económicos ter-se-iam estreitado, animando uma posterior unificação política. Era, por exemplo, previsível que a unidade alfandegária favorecesse uma maior introdução de cereais castelhanos no Portugal deficitário, assim como que Porto e Lisboa captassem boa parte do comércio externo do centro da Península.

As comunicações entre os dois Estados não foram suficientemente estimuladas. Alguns projectos iberistas sobre as comunicações fluviais eram disparatados ¹⁷, mas pouco se fez em áreas onde eram aplicáveis. A comunicação ferroviária, na qual muitos puseram as suas esperanças, teve de esperar até 1866.

Outras insistentes reivindicações, como a unificação monetária e de pesos e de medidas, também elas não foram abordadas.

B) Políticas

As dinastias ibéricas, ao contrário do que sucedia com outras de pequenos Estados da Itália ou da Alemanha, estavam enraizadas desde há vários séculos. As modificações territoriais na Península Ibérica tinham sido — comparadas com aquelas duas regiões — insignificantes nos últimos séculos. As sequelas da Revolução Francesa não introduziram praticamente mudanças posteriores relevantes, tal como ocorreu na Alemanha e em Itália, onde se favoreceu a redução do número de Estados e se introduziram alterações nas dinastias governantes que minaram a ideia de legitimidade, o que não conseguiu a entronização de José I em Espanha. Acabar com a fidelidade às dinastias entre as massas populares não podia ser uma tarefa fácil.

Ainda que muitos políticos que desempenharam os mais altos cargos simpatizassem com a união ibérica, não se dispôs de nenhum político de

¹⁷ S. de Mas, *op. cit.*, p. 41, desejava fazer comunicar o Atlântico com o Mediterrâneo através de um canal entre o Douro e o Ebro.

primeira grandeza que fizesse desse o seu principal objectivo. O mesmo se pode dizer dos monarcas, que preferiram a opção conservadora de manterem os Estados como estavam, em vez de correrem riscos com a obtenção da união.

A indecisão de reis e de governantes portugueses foi muito mais negativa do que a dos espanhóis. A união ibérica, animada a partir das instâncias oficiais espanholas, tinha gerado uma recusa hispanófoba em Portugal. Mas não havia sucedido o mesmo em Espanha no caso de ser Portugal o promotor da união. De facto, durante várias décadas, numerosos espanhóis desejaram converter-se em súbditos dos Bragança como dinastia reinante num Estado ibérico.

Uma promoção da unidade ibérica a partir de Portugal em meados do século XIX — tal como se promoveu a italiana a partir do Piemonte — teria podido diluir os temores de absorção dos portugueses e teria facilitado o trabalho dos abundantes inimigos de Isabel II, já que o conhecimento de que um monarca português estava disposto a converter-se em rei da Ibéria ter-lhes-ia permitido operar sobre uma base mais firme e, muito provavelmente, teria alargado os desejos de mudança dinástica, inclusive em sectores republicanos.

Como já foi indicado, era mais fácil construir uma nação a partir do Estado do que a operação inversa, a qual exigia um grau de compromisso e de decisões mais elevado do que o demonstrado pela maioria dos nacionalistas ibéricos.

C) Erros tácticos e interesses pessoais dos nacionalistas ibéricos

Os nacionalistas ibéricos cometeram erros que afectaram gravemente as possibilidades de alcançar os seus objectivos. Apesar do grande número de políticos de relevo que desejaram a união ibérica, a maioria deles não o fizeram de uma forma constante e veemente. Tendiam a subalternizar a unidade ibérica para darem prioridade a outras questões, como os conflitos entre partidos. Mas sobretudo a sua participação na gestão política de ambos os Estados contribuiu para reforçá-los e, conseqüentemente, para demonstrar a sua viabilidade, com a qual se desvanecia uma das principais motivações da unidade ibérica.

Outros nacionalismos não triunfantes durante o século XIX — como o irlandês ou o polaco —, conseguiram, pelo menos, popularizar-se durante este período. Pelo contrário, o ibérico não o consegue, pelo que será conveniente pensar em problemas ou em erros dos seus partidários na difusão das suas ideias no conjunto da sociedade.

Obviamente, não podiam dispor do ensino para tal e o tempo, neste sentido, ia contra eles, pois os Estados estavam a alargá-lo constantemente e controlavam a sua função propagandística, orientando-a no sentido que mais lhes interessava.

Mas restavam meios propagandísticos alternativos ao uso do ensino que foram deficientemente aplicados. Um deles era o uso da história. Num momento em que a história tinha como núcleo o estudo — e a mitificação — da nação não se abordou a criação de uma verdadeira história nacional — e nacionalista — ibérica. As obras de Lafuente e de Pirala centraram-se em Espanha, apesar de o primeiro — progressista — ter sido iberista¹⁸ e de terem continuado a obra de Pirala iberistas tão destacados como Andrés Borrego e Juan Valera. Não obstante, muitas obras, sob a referência no título à história de Espanha, ocultavam numerosas referências a Portugal ou, inclusivamente, a inserção da história portuguesa na espanhola.

Em Portugal Henriques Nogueira deixou uma inédita *História de Ibéria* cujo tom nacionalista desconhecemos, mas que em qualquer caso não exerceu nenhuma influência, ao contrário do que sucedeu com a obra de Herculano, centrada na nação portuguesa. Há que esperar por Oliveira Martins — passado o período do nacionalismo romântico — para encontrarmos uma história integrada das terras ibéricas de notável divulgação.

Outro terreno desaproveitado foi o literário. Talvez fosse difícil conseguir fundamentar um conceito de literatura ibérica face às diferenças linguísticas. Mas permaneciam outras vias não menos úteis, como a novela histórica — tão característica do romantismo —, muito adequada para sustentar a conveniência de uma fraternidade ibérica¹⁹.

A criação de sociedades propagandísticas foi tentada em diversas ocasiões, obtendo a adesão de personalidades importantes da política e da cultura, mas sem conseguir em nenhum caso estabilizar-se, desaparecendo pouco depois da sua criação sem deixar marcas importantes dos seus trabalhos.

Curiosamente, deve assinalar-se como um elemento desmobilizador do nacionalismo ibérico a convicção da inevitabilidade da união ibérica. Ao ser considerada como uma consequência certa e natural dos novos tempos, parte dos seus simpatizantes julgou desnecessário trabalhar para a conseguir, limitando-se a esperar que a passagem do tempo, por si só, a trouxesse.

À margem dos erros tácticos, deve ser considerado outro factor negativo para a unidade ibérica, dificilmente constatável na documentação, mas que sem dúvida deve ter influído muito, especialmente em Portugal.

¹⁸ Deixou, inclusivamente, expressos na sua obra os seus desejos de união ibérica mediante uma união dinástica (Modesto Lafuente, *Historia general de España*, 30 vols., Establecimiento tipográfico de Mellado, Madrid, 1850-1859, vol. 11, pp. 46-48).

¹⁹ Algo nesta direcção foi feito pelo iberista Juan Valera na sua última novela, *Morsamor*, a qual, para além de ser influenciada pelo seu conhecimento de Oliveira Martins e de Antero, apresentava uma temática que tendia a unificar castelhanos e portugueses.

A unificação dos Estados ibéricos traria, evidentemente, como consequência um aumento do prestígio — e provavelmente da remuneração — dos cargos políticos, militares, administrativos, etc. Era também previsível que num Estado mais amplo se elevassem os níveis de prestígio a que podiam aspirar membros de profissões liberais, como médicos, advogados, literatos, etc. Os interesses dos grupos mais atraídos pelas ideias nacionalistas desde o início encontravam-se directamente em jogo.

Mas estes grupos também deviam estar conscientes de que o aumento territorial, populacional, etc., derivado da unificação ibérica não deixaria de se repercutir numa maior rivalidade na obtenção dos objectivos desejados, sobretudo nos altos cargos políticos. A passagem a um Estado ibérico seria, evidentemente, muito mais perceptível a partir de Portugal — mais pequeno — do que de Espanha. É normal — como já assinalou Gellner²⁰ — que, nestas circunstâncias, a minoria política e intelectual prefira manter a separação política. Apesar de certas desvantagens, o Estado português oferecia um aparelho estatal completo e mais acessível do que o hipotético Estado ibérico, cuja língua mais importante seria o castelhano, o que devem ter reparado aqueles que se ocupavam de actividades em que a língua era tão importante como os políticos e os literatos.

D) Ideológicas e estruturais

A diferença linguística não constituía um problema insuperável para a criação de um nacionalismo, nem sequer para a concretização dos seus objectivos. Em 1830 apareceu o Estado belga, em clara contradição com o princípio do limiar, resultado em parte de circunstâncias externas, como o anexionismo francês e a consequente oposição britânica. Mas, mais do que o Estado, interessa-nos o nacionalismo. O nacionalismo belga apareceu apesar da presença de duas línguas muito diferentes entre si. No entanto, podia apelar — para além da própria vontade de estarem unidos — a outros factores culturais — o papel do catolicismo face à Holanda — ou históricos, como a continuidade com os Países Baixos, que permaneceram nas mãos de Espanha após a rebelião protestante. A separação linguística não começou a dar problemas importantes até ao período entre as guerras, após uma viragem operada no nacionalismo à escala europeia. A pequena Suíça oferecia — e oferece — outro exemplo de respeito à diversidade linguística.

Regressando de novo aos Estados, na Europa ocidental predominavam e ainda predominam — os Estados plurilinguísticos, ainda que apenas a língua oficial mais falada tenha carácter oficial, sendo o monolinguismo português excepional. Deste modo, o aparecimento de um nacionalismo ou, inclusi-

vamente, de um Estado ibérico não teria constituído um caso insólito nestas circunstâncias.

Os problemas da língua derivavam mais do seu carácter oficial e muito em especial do seu papel no ensino. Certamente, podia ser adoptada uma atitude de tolerância, respeitando o ensino de diversas línguas. Mas em meados do século parecia mais lógico que fosse utilizada a língua mais divulgada — neste caso a castelhana —, tal como sucedia em França ou no Reino Unido, potências que o nacionalismo ibérico queria copiar. De facto, o Estado espanhol utilizava para o ensino unicamente a língua castelhana, apesar de ser plurilinguístico. Isto não suscitou problemas sérios durante várias décadas em áreas que não eram de fala castelhana, mas provavelmente teria suscitado no caso de Portugal, acostumado ao uso oficial da sua língua e alheado da situação de bilinguismo da sua elite até ao século xvii.

Por outro lado, o ensino, independentemente do seu carácter formativo, tinha uma função de doutrinação. Devia formar cidadãos em consonância com o sistema político vigente e dispostos a sacrificarem-se pela sua pátria, ainda que por vezes sob este nome se ocultasse outro tipo de interesses. Os Estados espanhol e português — tal como os demais Estados — promoveram através do ensino um nacionalismo coincidente com o Estado. A função aglutinadora da religião foi subalternizada em benefício do nacionalismo, difundido entre as massas populares como resultado da generalização da instrução ²¹, o que dificultou seriamente a expansão de projectos nacionalistas diferentes.

Segundo Breuilly, os nacionalismos unificadores estiveram confinados a elites restritas que não conseguiram expandir a sua base social e tiveram de recorrer ao apoio dos Estados cujos objectivos coincidiam com a unificação, necessitando, além disso, que fosse efectivo em todos os Estados na mesma medida, ainda que as circunstâncias o impedissem. Tais apreciações são perfeitamente aplicáveis ao nacionalismo ibérico ²².

2.2. CAUSAS EXTERNAS

A) Oposição franco-britânica

No século xviii Portugal e Espanha tinham operado como aliados de Inglaterra e de França, respectivamente, a partir de uma posição de relativa sujeição. Após as guerras napoleónicas, essa situação modificou-se num sentido ainda mais negativo para os Estados ibéricos. Apesar de se encontrarem entre os vencedores e de ser a França a derrotada, já no Congresso de Viena os Estados ibéricos foram menosprezados, enquanto a França man-

²¹ O fenómeno do uso do ensino para propagar o nacionalismo foi estudado por Sérgio Campos Matos em *História, Mitologia, Imaginário Nacional. A História no Curso dos Liceus (1859-1939)*, Livros Horizonte, Lisboa, 1990.

²² J. Breuilly, *op. cit.*, pp. 96-97.

tinha o seu estatuto como potência. A causa desta atitude derivava da perda da maioria das colónias — à qual não foram alheios os interesses britânicos —, a qual desvalorizou a importância das antigas metrópoles.

Por um lado — tal como se indicou —, esta situação animou o aparecimento do nacionalismo ibérico como via para a superação dos problemas internos, mas também de recuperação do prestígio internacional. Por outro, incrementou as diferenças entre as potências da Europa ocidental e os dois Estados ibéricos, agora na situação claramente subordinada, sobretudo no caso de Portugal, cujo desequilíbrio em relação a Inglaterra era muito elevado.

Na Quádrupla Aliança, na qual participaram os quatro Estados, não se encontra um projecto de aproximação ibérica com o aval das duas potências. Pelo contrário, instaurou mais uma influência partilhada de ambas sobre a Península Ibérica. Quando as divergências entre a França e a Inglaterra ressurgiram, prefiguraram-se áreas de influência. Portugal manteve a sua aliança tradicional com a Inglaterra com um custo elevado, que não excluiu humilhações ocasionais, enquanto a Espanha actuou mais na órbita francesa.

Num contexto da rivalidade franco-britânica existia a possibilidade de que uma das partes se decidisse a apoiar a união para lesar os interesses da rival. Mas qualquer análise sensata mostrava a franceses e britânicos que o apoio à unificação da Ibéria, erradicando a influência da potência rival, acabaria, sem dúvida, reduzindo ou eliminando o seu próprio nível de influência sobre o novo Estado ibérico. Significativamente, os nacionalistas ibéricos indicavam como um dos seus objectivos a libertação das influências externas.

Tornou-se preferível manter o *status quo*. Apenas numa situação de conflito aberto tinha cabimento a possibilidade de a potência mais débil aceitar como mal menor a unidade ibérica para equilibrar as forças. Mas esta situação não se deu.

A Inglaterra manteve uma atitude de constante oposição à união ibérica ²³. Outro tanto se pode dizer da França, ainda que Napoleão III mostrasse alguma vacilação, motivada sobretudo pelas simpatias juvenis do imperador pelo nacionalismo, concretamente pelo nacionalismo ibérico. Mas, na prática, só nos momentos prévios à guerra com a Prússia esteve disposto a aceitar — mais do que a promover — a unificação ²⁴. Tinha

²³ Javier Rubio, *España y la guerra de 1870*, 3 vols., Biblioteca Diplomática Española, Madrid, 1989, vol. 1, pp. 119-127.

²⁴ Numa carta de Salustiano Olózaga, citada pelo conde de Romanones nas *Obras Completas*, 3 vols., Plus Ultra, Madrid, 1949, vol. 1, pp. 600-604, este atribua-se o ter atraído Napoleão III na sua juventude para o iberismo, invocando Prim como testemunha da sua veracidade. Tal não seria estranho, tendo em conta as suas simpatias pelo nacionalismo. Cerca de 1846, ambos devem ter-se encontrado nos seus exílios respectivos em Londres. Já então Olózaga estava incompatibilizado com os Borbons e pretendia substituí-los pelos Braganças. Em 1854 e 1868 foi nomeado embaixador em Paris. O facto de citar o testemunho de Prim deve-se certamente a alguma afirmação feita pelo imperador frente a ambos, muito provavelmente durante uma visita de Prim em 1869.

apoiado decididamente a unidade italiana. Em 1865 Bismarck convenceu-o a tolerar os seus projectos de unificação alemã. Com isso tinha permitido o fortalecimento dos Estados vizinhos — e potenciais inimigos — da França. Sem dúvida, Napoleão III pensava que repetir esta política — em condições normais — na Ibéria seria errado.

A oposição franco-britânica à união jogou uma importante função dissuasória, tal como sucedeu no princípio do século entre os liberais cercados em Cádiz e que permaneceu nas décadas posteriores ²⁵, dificultando a tomada de iniciativas políticas.

Foi, desde logo, um factor muito relevante para que não se unificassem os Estados nos momentos mais favoráveis de meados do século XIX, do mesmo modo que foi decisiva a ajuda francesa para os progressos unificadores da Itália ²⁶, sendo pouco provável que o reino piemontês tivesse sido capaz, sem ela, de conseguir a união, pois sempre colheu derrotas dos seus enfrentamentos com a Áustria.

Uma alternativa face à falta de apoios da Inglaterra e da França nos anos determinantes para as unificações políticas europeias era proceder à unificação com a sua oposição. É difícil saber o que teria ocorrido, embora não tenham faltado ocasiões para tal, como a excepcional conjuntura existente em 1854, quando as simpatias pela união ibérica e pela subida ao trono de Pedro V estavam muito divulgadas em Espanha e o iberismo ainda contava com muitos adeptos em Portugal, numa altura em que a França e a Inglaterra estavam submersas pela guerra da Crimeia, o que reduzia a sua capacidade de resposta perante uma eventual união ibérica.

Outra alternativa era procurar novos aliados. Mas nem se tentou, nem teriam sido conseguidos bons resultados. As potências orientais opunham-se a ideias como liberalismo e nacionalismo e para mais estavam longe da área ibérica.

Após 1860, no reino da Itália houve simpatias pela unificação ibérica, perfeitamente compreensíveis. Para além dos antigos vínculos culturais, existia uma simpatia mútua entre os nacionalistas italianos e os ibéricos ²⁷.

²⁵ Os republicanos sondaram o governo inglês sobre a sua atitude face à formação de uma república federal ibérica. Este disse que apenas interviria em caso de agressão a Portugal, mas na realidade não estava disposto a consenti-lo. Posteriormente, Castelar — um apaixonado iberista — teve de sofrer a humilhação de renunciar à união ibérica num futuro imediato perante o embaixador britânico em Madrid (v. Angel Marvaud, *Le Portugal et ses colonies*, Librairie Félix Alcan, Paris, 1922, p. 55, Julio Salom Costa, «La relación hispano-portuguesa al término de la época iberista», in *Hispania*, 98, CSIC, Madrid, 1965, p. 224, e C. A. M. Hennessy, «La república federal en España», *Pi y Margall y el movimiento republicano federal (1868-1874)*, Aguilar, Madrid, 1966, p. 97).

²⁶ J. Breuilly, *op. cit.*, p. 87. Paul Guichonnet em *La unidad italiana*, Oikos-tau, Barcelona, 1990, p. 133, recorda que em Soferino houve 10 152 baixas francesas, enquanto durante todo o processo unificador os italianos apenas sofreram 6000 mortos e menos de 20 000 feridos.

²⁷ Giacomo Durando foi simultaneamente um nacionalista italiano e ibérico. Combateu em Portugal no tempo de Pedro IV, passando depois para Espanha, onde defendeu o enlace das duas dinastias ibéricas (Testore Casana, *Giacomo Durando in esilio (1831-1846)*, prólogo de Alberto Gil Novales, Instituto per la Storia del Risorgimento Italiano, Torino, 1979, pp. 26-29, 49-55 e 123-124; Maria Teresa Puga, *El matrimonio de Isabel II*, Universidad de Navarra, Pamplona, pp. 131-132, e A. Borrego, *Historia de una idea*, T. Fortanet, Madrid, 1869, pp. 16-17).

Em ambas as regiões os Borbons apareciam como inimigos da unificação. Por outro lado, a chegada de Luís I — casado com uma filha de Victor Manuel II — ao trono ibérico reforçaria indirectamente a própria Itália. Mas a capacidade italiana de animar a união ibérica estava diminuída porque, apesar da presença de Maria Amélia, a família real portuguesa mostrou-se indecisa face ao incentivo que a união ibérica pressupunha.

Depois de 1870, a Prússia poderia ter promovido — e neste caso com suficiente firmeza — a unificação como meio de aumentar a sua influência e debilitar a dos outros Estados, em especial a França. Mas Bismarck preferiu encaminhar a Europa para uma situação de estabilidade, em vez de criar novas situações de conflito.

B) Mudanças na orientação do nacionalismo

Aproximadamente desde 1870, na época em que Bismarck impõe a sua *realpolitik*, o nacionalismo vai sofrer uma dupla viragem. Por um lado, vai-se insistir cada vez mais em factores de tipo cultural — especialmente a língua — como fundamento da nação. Esta tendência já era antiga na Alemanha, mas noutras regiões, ainda que valorizando-se a importância de factores culturais, tinha predominado uma concepção mais política da nação, muito ligada ao liberalismo.

Por outro lado, o nacionalismo, anteriormente utilizado pelos sectores mais progressistas, sofreu uma deslocação, sendo utilizado preferencialmente por sectores conservadores.

Esta viragem doutrinal do nacionalismo acabou com a importância concedida ao princípio do limiar, daqui resultando que entidades consideradas anteriormente como insuficientes para formar uma nação fossem agora julgadas como nações ou como susceptíveis de se converterem em nações. Em lugar do nacionalismo anterior a 1870, levado a conservar ou construir grandes Estados a partir de outros mais pequenos, impôs-se um nacionalismo que favorecia mais os pequenos Estados culturalmente homogéneos, mesmo que tal levasse a dividir grandes Estados ²⁸.

Nestas circunstâncias, o nacionalismo ibérico deixou de ser favorecido pelas correntes nacionalistas dominantes para se ver prejudicado por elas face a nacionalismos como o português ou, inclusivamente, o catalão. Antigos iberistas espanhóis, como Canovas ou Sagasta, limitaram então o campo do seu nacionalismo a Espanha.

Já no século xx o nacionalismo foi amplamente utilizado por ideologias autoritárias, evolução que é registada pelo nacionalismo ibérico

²⁸ E. J. Hobsbawm, *Naciones...*, pp. 51, 112 e 130-131. J. Breuilly, *op. cit.*, p. 23, vai neste mesmo sentido ao considerar a escassa importância detida desde então pelo nacionalismo unificador.

— Sardinha, Vázquez de Mella, etc. —, ainda que mantendo-se — talvez de forma um tanto anacrónica — o predomínio do iberismo, enraizado nas ideias liberais.

C) As colónias

A partir de meados do século XIX, as colónias exerceram indirectamente uma influência negativa sobre as perspectivas do nacionalismo ibérico. Por um lado, captavam a atenção da opinião pública, que, na sua ausência, poderia ter-se desviado para o nacionalismo ibérico. Mas, sobretudo, as colónias tinham uma repercussão directa sobre o que a opinião pública considerava o destino nacional.

Os casos espanhol e português são bastante diferentes. Num momento em que os Estados europeus se expandiam pelo mundo, a Espanha teve de se concentrar cada vez mais — sobretudo após a restauração dos Borbons — em conservar os restos de um império adquirido no século XVI.

Nesta situação, dificilmente podiam interessar em Espanha novas aventuras externas nem podiam encontrar os portugueses no Estado espanhol uma união vantajosa.

O africanismo, que pretendia a anexação por Espanha de territórios do Norte de África, era um projecto susceptível de competir com a união ibérica. No entanto, muitos nacionalistas ibéricos espanhóis foram simultaneamente africanistas. Nestes casos, é patente a diferença de atitudes face a portugueses e magrebins, considerados igualmente habitantes de uma nação que se estende dos Pirenéus ao Atlas. Assim, enquanto os portugueses eram vistos como co-nacionais e a sua vontade era considerada e habitualmente respeitada, do outro lado do estreito encontrava-se no mouro o inimigo tradicional da nação, não se atribuindo valor — salvo no caso do hispano-português Gonzalo de Reparaz — às suas opiniões. O africanismo era uma projecção do nacionalismo espanhol, e não um nacionalismo diferenciado.

Portugal, pelo contrário, voltou-se para uma actividade expansionista na África subsariana, que, se era o resultado de uma dinâmica interna — procura de uma alternativa à perda do Brasil —, não deixa de encontrar uma explicação no quadro da tradicional aliança com a Inglaterra.

A Grã-Bretanha opôs-se à integração do império ultramarino no império brasileiro²⁹, que deste modo se teria fortalecido, pondo em perigo a influência britânica no Atlântico sul. Preferiu mantê-lo nas mãos da antiga metrópole, que surgia como menos perigosa.

²⁹ Gervase Clarence-Smith, *O Terceiro Império Português (1825-1975)*, Teorema, Lisboa, 1990, p. 30.

Analisada a partir do ponto de vista estritamente português, a expansão colonial abria um futuro esperançoso no qual Portugal recuperaria a sua antiga prosperidade e prestígio sem recorrer a uma medida tão drástica quanto a de renúncia à sua independência. Mas, além disso, se era colocada em relação com a aliança britânica, constituía um sério obstáculo à união, aumentando à medida que progredia a expansão, na medida em que não poucos portugueses consideravam que uma eventual união ibérica provocaria a ocupação do império português pela Inglaterra.

A importância da expansão colonial africana para Portugal é tal que se pode afirmar que com ela se tornou desnecessária a união com a Espanha. Indirectamente, eliminou o iberismo em Espanha como uma alternativa viável, pois este procurava a união somente se existisse uma vontade do lado português, agora definitivamente desvanecida, após um período, em meados do século XIX, em que — desaparecido o império brasileiro e ainda não constituído o africano — pareceu possível que a união ibérica se popularizasse em Portugal ou, pelo menos, entre a sua elite.